

**11 A 13**  
DE DEZEMBRO  
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL  
NA UFRPE RECIFE

2º Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (CIADT)  
11º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (SEADT)

TEMA  
Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas

UNIVASF  
UNEB  
APOIO  
CAPES

## Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: o Papel das Políticas Públicas na Promoção da Agroecologia em Territórios Vulneráveis

Gáudia Maria Costa Leite Pereira, Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: [gaudiacosta@gmail.com](mailto:gaudiacosta@gmail.com). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4930112340399956>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1916-6089>;

João Batista de Oliveira, Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: [jbatist7@gmail.com](mailto:jbatist7@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1667883209249861>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8345-4299>;

Clesio Anderson Sousa Magalhães, Engenheiro Agrônomo; Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina (FACIAGRA); E-mail: [clesioagro@gmail.com](mailto:clesioagro@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2856710072108669>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6430-4167>;

Rosângela Bezerra Fonseca, Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: [rosangelabezerrafonseca@gmail.com](mailto:rosangelabezerrafonseca@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0881243508751549>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7979-9442>

**Linha de Pesquisa:** Identidade, Cultura e Territorialidades.

### 1 Introdução

A segurança alimentar se estabelece como um dos principais desafios da atualidade, especialmente em contextos vulneráveis como aqueles que caracterizam o semiárido brasileiro. Neste cenário, a Agricultura Familiar se destaca como uma estratégia importante para garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, pois a maioria dos pequenos produtores possuem habilidades e conhecimentos que podem ser aplicados na Agroecologia. O presente estudo visou investigar como as políticas públicas podem promover a Agroecologia dentro do contexto da segurança alimentar (Hungria, 2024), ressaltando especificamente territórios vulneráveis.

A insegurança alimentar é uma realidade alarmante que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas, a erradicação da fome é um dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2024), e a promoção da segurança alimentar é fundamental para alcançar um desenvolvimento sustentável. O Pacto Global Contra a Fome, assinado na G20 (G20 Brasil, 2024), reconhece a necessidade de produção de alimentos saudáveis e acessíveis, enfatizando a importância de políticas que garantam o direito à alimentação adequada.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel essencial na mitigação da insegurança alimentar, promovendo a produção agroecológica e a inclusão social. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e comunidades locais é fundamental para criar um ambiente favorável à produção de alimentos saudáveis, que atendam às necessidades nutricionais, respeitem o meio ambiente e promovam a justiça social.

A pergunta que orientou a pesquisa foi: como as políticas públicas podem facilitar a promoção da Agroecologia e, conseqüentemente, da segurança alimentar em territórios vulneráveis no Brasil? O objetivo desta pesquisa foi explorar a relação entre segurança alimentar, Agricultura Familiar, políticas públicas e suas interações em contextos onde a pobreza e a insegurança alimentar são comuns. A metodologia adotada foi qualitativa e o método empregado tratou-se de uma revisão de literatura, com levantamento de dados nas bases Google Acadêmico e Scielo, utilizando os descritores "Agroecologia e crise climática" e "Agroecologia e sustentabilidade".

Os resultados indicam que a implementação de políticas públicas direcionadas à Agroecologia fortalece a Agricultura Familiar, e também contribui para a resiliência alimentícia das comunidades. O suporte governamental à práticas agroecológicas pode ajudar os agricultores familiares a superar as limitações impostas por crises climáticas e socioeconômicas, assegurando a produção de alimentos em quantidade e qualidade. Este estudo pretende, portanto, enriquecer a discussão sobre a importância das políticas públicas no fortalecimento da Agroecologia como uma resposta à insegurança alimentar.

## **2 Referencial teórico**

A interseção entre segurança alimentar e Agricultura Familiar está amplamente documentada na literatura, onde se argumenta que a Agricultura Familiar é um segmento primordial para a segurança alimentar no local. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) a Agricultura Familiar representa cerca de 70% e 80% da produção de alimentos em muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil (FAO, 2014). Esse protagonismo na produção de alimentos se torna ainda mais relevante quando consideradas as práticas agroecológicas, que, de acordo

com Altieri (2012), promovem a sustentabilidade ambiental e a biodiversidade, elementos fundamentais para garantir a segurança alimentar a longo prazo.

A Agroecologia é compreendida como uma prática que vai além da produção agrícola, englobando também questões sociais e econômicas, integrando conhecimento popular e científico. Gliessman (2015), enfatiza que a Agroecologia não deve ser vista apenas como uma alternativa à agricultura convencional, mas como um modelo integrado que redefine as relações entre produtores, consumidores e seus ambientes. Essa abordagem é especialmente importante em territórios vulneráveis, onde as condições ambientais e socioeconômicas são desafiadoras. As práticas agroecológicas típicas, que incluem o uso de sementes locais, rotação de culturas e agroflorestas, são imprescindíveis para aumentar a resiliência das comunidades rurais (Holt-Giménez; Altieri, 2013).

As políticas públicas desempenham um papel importante na promoção da Agroecologia e, conseqüentemente, na segurança alimentar. Grisa e Schneider (2015), discutem como a falta de políticas adequadas pode limitar o potencial da Agricultura Familiar e da Agroecologia (Silva, 2021). Estratégias como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) demonstram que políticas específicas podem ser um motor de transformação, garantindo o escoamento da produção da Agricultura Familiar, promovendo a inclusão social e melhorando o acesso a alimentos de qualidade (Triches; Schneider, 2010).

### **3 Metodologia**

A pesquisa foi construída através de uma abordagem qualitativa do tipo narrativa, que visou aprofundar a compreensão sobre a relação entre as práticas agroecológicas e a promoção da segurança alimentar junto a populações vulneráveis (Gil, 2008). Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura, levantando dados a partir das bases Google Acadêmico e Scielo. Os descritores "Agroecologia e crise climática" e "Agroecologia e sustentabilidade" foram utilizados para encontrar publicações relevantes que contribuíssem para a análise.

O levantamento considerou artigos científicos, relatórios e outras publicações revisadas por pares que abordassem especificamente as conexões entre segurança alimentar, Agricultura Familiar, políticas públicas e Agroecologia. A análise, então, foi realizada de maneira interpretativa, buscando compreender as experiências compartilhadas pelos autores e as narrativas no contexto da pesquisa. Útil em áreas de complexidade social, essa metodologia permite uma visão holística e integradora das interações estudadas, dando voz às práticas efetivas e às necessidades das comunidades (Minayo, 2010).

Ao longo desse processo, foram respeitados os princípios éticos fundamentais, assegurando a representação adequada das comunidades e seu conhecimento. A metodologia qualitativa ao contrário da abordagem quantitativa, é capaz de captar a riqueza das experiências locais, possibilitando uma análise mais profunda sobre como as políticas públicas podem apoiar a construção de um sistema alimentar mais seguro e resiliente, especialmente em contextos vulneráveis (Gil, 2008).

#### **4 Resultados e Discussão**

Os resultados da revisão de literatura indicam que as políticas públicas voltadas para a Agroecologia têm um impacto direto na segurança alimentar, especialmente em territórios vulneráveis. A análise revelou que comunidades que implementaram práticas agroecológicas, apoiadas por iniciativas governamentais, conseguiram não apenas sustentar sua produção, mas também diversificá-la, contribuindo para uma dieta mais rica e nutritiva. De acordo com Silva *et al.* (2020), a introdução de políticas como o PAA estabiliza a renda dos agricultores e promove a produção de alimentos saudáveis, reduzindo a insegurança alimentar nas comunidades.

A literatura aponta que os benefícios das políticas públicas não se limitam apenas à produção de alimentos, mas se estendem ao fortalecimento das capacidades locais. Como afirmado por Pellow (2020), as capacitações e a assistência técnica oferecidas pelas políticas de inclusão são fundamentais para que os agricultores adotem efetivamente práticas agroecológicas. Em muitas regiões, as mulheres desempenham um papel central nessas iniciativas, e o fortalecimento das políticas públicas pode incentivar ainda mais a inclusão de gênero nas discussões sobre segurança alimentar (Siliprandi, 2006).

As políticas de quintais produtivos, como as implementadas em iniciativas como o Programa Uma Terra e Duas Águas (ASA, 2021), e o Projeto Cadernetas Agroecológicas (Aires, 2021), têm mostrado impactos positivos na segurança alimentar das famílias beneficiárias. Essas políticas incentivam a produção local e a diversidade alimentar, permitindo que as famílias cultivem seus próprios alimentos e, assim, melhorem sua nutrição e qualidade de vida.

A importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), especialmente na sua linha de microcrédito “B”, é fundamental para fortalecer a Agricultura Familiar (Brasil, 2024a). Esse acesso a recursos financeiros permite que os agricultores invistam em insumos, tecnologias e práticas sustentáveis, aumentando sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, a segurança alimentar em suas comunidades.

A necessidade de terras para cultivo é uma questão central nas discussões sobre segurança alimentar. Programas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – especialmente o PNCF Jovem, e o Programa Nacional de Reforma Agrária, são indispensáveis para garantir que os agricultores tenham acesso à terra necessária para produzir alimentos. Sem a terra, a promoção da Agroecologia e a segurança alimentar se tornam desafios ainda maiores (Brasil, 2024b).

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) objetiva promover moradia adequada, o que é um pré-requisito para que os agricultores possam se estabelecer e produzir de maneira sustentável. Ter um lar seguro e acessível contribui para a estabilidade das famílias e, por conseguinte, para a segurança alimentar (Brasil, 2011).

A nova Lei da Agricultura Urbana e Periurbana - Lei Nº 14.935, de 26 de julho de 2024 (Brasil, 2024c), representa um avanço importante na promoção de práticas sustentáveis e na garantia da segurança alimentar nas áreas urbanas e periurbanas. Essa legislação reconhece a importância da agricultura nas cidades e o papel fundamental que ela desempenha na alimentação das populações urbanas.

Não menos importante, o problema da sucessão rural é uma questão que precisa ser abordada nas políticas públicas. A continuidade das práticas agrícolas e a preservação do conhecimento tradicional dependem da inclusão das novas gerações no campo, garantindo que as políticas públicas apoiem essa transição e promovam a permanência dos jovens nas áreas rurais (Castro, 2009).

As barreiras estruturais e os obstáculos à implementação de políticas eficientes ainda se fazem presentes e são frequentemente exacerbados por questões políticas e administrativas. Estudos, como os de Barros (2023), apontam que é necessário um maior engajamento das instituições governamentais e da sociedade civil para superar as limitações que dificultam a promoção da Agroecologia. A gestão adequada e a articulação entre diferentes políticas públicas são importantes para garantir que as comunidades vulneráveis possam não apenas resistir, mas prosperar diante das crises alimentares e socioeconômicas.

## **5 Considerações Finais**

A pesquisa evidencia a importância da relação entre segurança alimentar, Agricultura Familiar e políticas públicas na promoção da Agroecologia em territórios vulneráveis. A pergunta central foi respondida ao mostrar como políticas públicas bem formuladas podem facilitar a adoção de práticas agroecológicas, resultando em uma melhora significativa na segurança alimentar das comunidades. Os resultados demonstraram que a integração entre

produção local, políticas de apoio e a Agroecologia é um caminho viável para enfrentar as crises alimentar e climática.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, revelando a necessidade de políticas públicas que priorizem a Agricultura Familiar e a Agroecologia. O estudo sublinha a importância do protagonismo de comunidades locais, cuja participação ativa é fundamental para a criação de soluções adaptativas. Políticas que reconheçam e incentivem a diversidade cultural e as práticas tradicionais têm o potencial de fortalecer a resiliência alimentar e a autonomia das comunidades. A construção de um sistema alimentar sustentável requer não apenas a análise de políticas, mas também a inclusão dos saberes locais e a valorização da cultura agrária das comunidades.

## 6 Referências

AIRES, J. do R. **Projeto de formação e disseminação do uso consciente das cadernetas agroecológicas no âmbito do Projeto Viva o Semiárido (PVSA)**. 1ª ed. Terezina: Comando do Brasil, 2021.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASIL (ASA). **P1+2 Programa Uma Terra e Duas Águas**. 2021. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BARROS, F. B. *et al.* (Org.). **Agroecologia e povos tradicionais na América Latina e Caribe**. Brasília, DF: Embrapa, 2023. (Coleção Transição Agroecológica; v. 6).

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). **Pronaf microcrédito (Grupo B)**. 2024a. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-microcredito-grupo-b>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.935, de 29 de outubro de 2024**. Dispõe sobre a viabilização da aquisição de alimentos. 2024c. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm#:~:text=II%20%2D%20viabilizar%20a%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de,Independ%C3%Aancia%20e%20136%C2%BA%20da%20Rep%C3%ABlica](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm#:~:text=II%20%2D%20viabilizar%20a%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de,Independ%C3%Aancia%20e%20136%C2%BA%20da%20Rep%C3%ABlica). Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Obter Crédito Fundiário (PNCF)**. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-credito-terra-brasil>. Acesso em: 25. Nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. 2011. Disponível em:

<https://antigo.mdr.gov.br/component/content/article/67-snh-secretaria-nacional/programas-e-aco-es/1299-programa-nacional-de-habitacao-rural-pnhr>. Acesso em: 25 no, 2024.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, niñez juv v. 7 n. 1 Manizales Jan. June, 2009.

G 20 BRASIL 2024. **Aliança global contra a fome e a pobreza é criada com apoio de líderes mundiais e organizações internacionais**. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza-e-criada-com-apoio-de-lideres-mundiais-e-organizacoes-internacionais>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GRISA, C. Produção para autoconsumo na Agricultura Familiar: construção de autonomia e segurança alimentar. *In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro (RJ). Anais...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2009. GT 01 – Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

HUNGRIA, M. (Org.). **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência brasileira no combate à fome**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) Brasil. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **A Agricultura Familiar e a segurança alimentar: um estudo a partir da perspectiva da FAO**. Roma: FAO, 2014.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e papéis de gênero: desafios para a mudança de modelos de produção e consumo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n. 1, 2006.

SILVA, L. *et al.* Sustentabilidade, Agricultura Familiar e políticas públicas no Brasil: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, p. e42310414220, 2021.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.